

COLONIALIDADE E PSICANÁLISE: O QUE FICOU DE FORA DAS NARRATIVAS DE ORIGEM

Coloniality and psychoanalysis: what was left out of the origin narratives

Camila Maggi Rech Noguez^a

 <https://orcid.org/0000-0002-9587-1145>

E-mail: canoguez@gmail.com

Amadeu de Oliveira Weinmann^b

 <https://orcid.org/0000-0002-4162-9660>

E-mail: weinmann.amadeu@gmail.com

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre–RS, Brasil

^b Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e
Comunicação Humana, Departamento de Psicanálise e Psicopatologia
Porto Alegre–RS, Brasil

RESUMO

A era vitoriana é tida como condição político-cultural para o surgimento da psicanálise. As condições históricas que forjaram a era vitoriana são sobre o que não se fala nas narrativas psicanalíticas sobre a sua origem. O período foi indissociável das vidas colonizadas fora da Europa. O exercício burguês de historicizar e perscrutar os eventos sexuais, eróticos e reprodutivos do século XIX contrasta com o silêncio de personalidades como Gustave Flaubert, Friedrich Nietzsche, Karl Marx e Sigmund Freud em relação à obscenidade da violência empreendida nas colônias. Como as heranças daquilo que ficou de fora, na crítica de uma época, atuam no analista brasileiro diante das questões de classe, raça, gênero, deficiência escutadas? Onde a psicanálise, em nossos pagos, reitera colonialismos e onde ela realiza a análise dos limites de seus fundamentos? Correlacionamos obras como *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud – a educação dos sentidos*, de Peter Gay, *A era dos impérios*, de Eric Hobsbawm, e *Discurso sobre o colonialismo*, de Aimé Césaire para compreender o que ficou de fora da história oficial da psicanálise. Assim, antes de reescrever uma história oportuna, decolonial e mais tragável da teoria da qual partimos, trata-se, talvez, de aventar que a experiência colonial tenha sido negada como parte das condições para o surgimento da psicanálise. O estudo relança a psicanálise para as questões do nosso tempo e da nossa geopolítica, para seguir na escrita de sua história.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. História. Colonialidade.

ABSTRACT

The Victorian era is considered a political and cultural condition for the emergence of psychoanalysis. The historical conditions that shaped the Victorian era are what are not discussed in psychoanalytic narratives about its origins. The period was inseparable from colonized lives outside Europe. The bourgeois exercise of historicizing and scrutinizing the sexual, erotic, and reproductive events of the 19th century contrasts with the silence of figures such as Gustave Flaubert, Friedrich Nietzsche, Karl Marx, and Sigmund Freud regarding the obscenity of the violence perpetrated in the colonies. How do the legacies of what was left out, in the critique of an era, affect the Brazilian analyst in the face of the issues of class, race, gender, and disability that are heard? Where does psychoanalysis, in our country, reiterate colonialisms and where does it analyze the limits of its foundations? We correlate works such as *The Bourgeois Experience from Queen Victoria to Freud – The Education of the Senses*, by Peter Gay, *The Age of Empires*, by Eric Hobsbawm, and *Discourse on Colonialism*, by Aimé Césaire to understand what was left out of the official history of psychoanalysis. Thus, before rewriting a timely, decolonial and more digestible history of the theory from which we depart, it is perhaps worth suggesting that the colonial experience has been denied as one of the events that led to the emergence of psychoanalysis. The study relaunches psychoanalysis for the issues of our time and our geopolitics, to continue writing its history.

KEYWORDS: Psychoanalysis. History. Coloniality.

A era vitoriana é um tempo tradicionalmente narrado como condição político-cultural para o surgimento da psicanálise. As condições históricas que forjaram a era vitoriana é sobre o que pouco ou nada se fala nas narrativas psicanalíticas sobre a sua origem. A prosperidade da era vitoriana foi indissociável das vidas colonizadas na não Europa. Ao final do século XIX, cerca de um quarto do globo estava sob domínio político-econômico e cultural da Grã-Bretanha, que dependia do acesso ao mundo não europeu, mercado consumidor efetivo e em potencial da sua produção industrial.

O exercício burguês de historicizar e perscrutar os eventos sexuais, eróticos e reprodutivos do século XIX contrasta com o silêncio em relação à obscenidade da violência empreendida nas colônias. O que ficou de fora do significante hipocrisia, tão associado às críticas em relação à burguesia do século XIX feitas por autores como Gustave Flaubert, Charles Baudelaire, Walt Whitman, Friedrich Nietzsche, Karl Marx e Sigmund Freud? Da moral sexual “civilizada” como alvo crítico da psicanálise, foi denegada a barbárie da colonialidade que a constituiu. Como essas heranças atuam, nos analistas, diante das questões de classe, raça, gênero, deficiência escutadas na clínica? Onde a psicanálise, em nossos pagos, reitera colonialismos e onde ela realiza a análise dos limites de seus fundamentos? Antes de dizer que uma psicanálise é colonial, decolonial, onde a psicanálise é colonizada? Também nos seus mitos, diria Eliane Marques (2022), escritora e psicanalista. Seguimos com Eliane na pergunta: a qual discurso de diferença nos associamos para não sermos seduzidos pelo mito da democracia -racial, de classe, de gênero, de corpos?

Partindo do campo problemático apresentado, correlacionaremos obras clássicas como *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud – a educação dos sentidos*, do historiador e psicanalista Peter Gay (1988), *A era dos impérios*, de Eric Hobsbawm (1988), e *Discurso sobre o colonialismo*, de Aimé Césaire (1955/2020). O entrelaçamento dessas e de outras obras permitirá compreender o que ficou de fora da história oficial da psicanálise. Assim, esperamos contribuir para uma genealogia da psicanálise, tradicionalmente articulada à hipótese da era vitoriana como condição de seu surgimento, mas sem mencionar o discurso colonial como fazendo parte de seu berço.

Modernidade, diáspora e psicanálise

A modernidade é uma noção vasta e contraditória em suas versões. Segundo Bruno Latour (1994), o período se refere aos esforços em separar os poderes e fenômenos políticos dos naturais, a humanidade, da não humanidade, as constituições nacionais da camada de ozônio, mesmo que para isso tenhamos que esquecer de que somos híbridos – instalados precariamente em instituições políticas e científicas. O efeito moderno seria o de “tornar invisível, impensável, irrepresentável o trabalho de mediação que constrói os híbridos” (Latour, 1994, p. 40).

Achille Mbembe (2014), por sua vez, vê na Idade Moderna (e nas narrativas de viajantes, soldados, missionários, colonos e exploradores) um período decisivo na constituição do que ele denominará “razão negra”, marcada por um primeiro e por um segundo texto. O primeiro texto seria um “conjunto de vozes, enunciados e discursos, saberes, comentários e disparates, cujo objecto é a coisa ou as pessoas ‘de origem africana’ [...] Têm consistido, desde sempre, numa actividade primitiva de efabulação” (Mbembe, 2014, p. 57). Ou seja, um arsenal de discursos e práticas que buscam responder, do ponto-de-vista europeu, perguntas como: “Quem é ele? Como o reconhecemos? O que o diferencia de nós? Poderá ele tornar-se nosso semelhante?” (Mbembe, 2014, p. 57). Forja-se, assim, o Negro enquanto sujeito de raça, enquanto exterioridade selvagem passível de instrumentalização.

Diante do primeiro, um *segundo texto* é confeccionado em primeira pessoa, contando com outras interrogações, como “Quem sou eu? Serei eu, em boa verdade, quem dizem que eu sou?” (Mbembe, 2014, p. 59). De rastros apagados (laços de sangue, território, ritos, símbolos) e com base em uma experiência fragmentada e dispersa pelos continentes são feitos os segundos textos.

Assim, o segundo texto é marcado por uma forte ambiguidade, pois, ainda que seja realizado em primeira pessoa, a sensação de estranheza consigo mesmo acompanha o autor nesse processo de se responsabilizar por um mundo, agora contado por ele. “O texto segundo traz consigo [...] os vestígios, as marcas, o incessante murmúrio e até, por vezes, a surda coacção do primeiro e a sua miopia, especialmente onde mais se reivindica uma ruptura” (Mbembe, 2014, p. 62).

Na composição do que Mbembe (2014) irá chamar de “razão negra”, sua noção de segundo texto (ou “declaração de identidade”) é muito cara à psicanálise; afinal, o que seria

o dispositivo psicanalítico se não um arranjo de fazer falar e escutar o fio diante de uma trama que nos reserva um lugar? No efeito de inadequação de um sujeito que não se reconhece completamente, que é falado tanto quanto fala, o segundo texto de Mbembe estabelece uma estreita relação com o sujeito da psicanálise e sua integridade impossível, com a *Spaltung* (cisão) que nos é constitutiva. Se o dizer acontece, então algo do primeiro texto pôde ser perdido. Dizer leva à criação de outro texto. A sensação de estranheza comigo mesma diz do estranho que se tornou o texto que me constitui. A língua textual que me hospedou, mas não passou por minha escolha, o sonho que não controlo, o que digo sem ter a intenção de dizer, o encaixe sempre adiado entre o que sou e o que penso ser. Golpe narcísico na soberania do Eu (Freud, 1918/2010).

Tanto Fanon (em *Pele negra, máscaras brancas*) quanto Mbembe (em *Razão Negra*) sistematizam o que seria uma alienação suplementar (concernente ao homem negro em diáspora): uma sujeição colonial além daquela que acomete a todos nós na sujeição à língua materna (Martins, 2022). O fenômeno do primeiro e segundo texto foi descrito por Mbembe em 2014, mas acontece desde as primeiras diásporas africanas. Muito antes do surgimento da psicanálise e do que se entende por modernidade, o negro experimentava, na sua radicalidade, a sensação de ser contado, barrado, insuficiente, cindido. Mbembe (2014), Fanon (2008), Gilroy (2001), Gonzalez (2020), Gonzalez (1984), Du Bois (1903/2021) e Hartman¹ (2019) são algumas autorias que resgatam registros dessa experiência de cisão anteriores ao advento da psicanálise, ainda que alguns desses nomes tenham sido atravessados pela racionalidade psicanalítica.

Se experimentarmos jogar com as possibilidades referentes, presumimos, quase em um exercício lúdico-imaginativo, que a noção de segundo texto de Mbembe somente foi possível graças às condições de inteligibilidade forjadas no século XX pela psicanálise. Porém, também podemos lidar com a afirmação invertida (e, talvez, moebiana), dizendo que a secular e radical experiência negra do eu cindido (diante do branco que busca com todos os esforços e tecnologias subalternizá-lo) compõe uma das condições, entre outras, para formulações na dita modernidade. Dentre as mais tardias, estão as formulações psicanalíticas. E talvez seu surgimento (da psicanálise) somente tenha sido possível, no tempo em que se deu, com os avanços da pauta abolicionista no século XIX na extensão

¹ A estadunidense Saidiya Hartman também se dedica à fabulação crítica quando ficciona a partir dos arquivos e documentos históricos, uma vez que ela percebeu, em tais registros, o resultado de uma construção pautada pelo silêncio e violências produzidos por quem dominava a documentação, a contação da história oficial. Ou seja, nos registros históricos, há parcialidade, ficção, lacunas, histórias não contadas; é dessas lacunas que Saidiya Hartman parte.

do globo. Essa possibilidade, junto com as construções mbembianas de primeiro e segundo textos do eu cindido, confirmaria a tese de que psicanálise possui como uma das suas condições a palavra livre, característica dos regimes democráticos, tal como propôs a historiadora francesa Elisabeth Roudinesco (2000). Podemos apontar, como limite, a lacuna da pauta abolicionista nas considerações da autora.

Paul Gilroy (2001), em *O Atlântico negro*, coloca a diáspora africana no protagonismo da modernidade e trata também de uma identidade negra totalmente híbrida e não circunscrita aos estados-nação. Entre os autores e autoras resgatados na obra, está Toni Morrison, autora de *Beloved*, inspirada na história de Margaret Garner. Para a autora, os primeiros sujeitos modernos que sofreram as consequências de se sentirem descentrados e despossuídos de suas certezas foram os sujeitos escravizados. Em entrevista, Toni Morrison (citada por Gilroy, 2001) formula:

A vida moderna começa com a escravidão... Do ponto de vista das mulheres, em termos de enfrentar os problemas que o mundo enfrenta agora, as mulheres negras tiveram de lidar com problemas pós-modernos no século XIX e antes. [...] Certos tipos de loucura, enlouquecer deliberadamente, como diz um dos personagens no livro, “para não perder a cabeça”. Essas estratégias de sobrevivência constituíam a pessoa verdadeiramente moderna. São uma resposta a fenômenos ocidentais predatórios. (p. 412).

Para Gilroy (2001), as apropriações imaginativas e literárias da história (como as de Morrison, em *Beloved*) feitas com o intuito de revisitar a experiência da escravidão racial capitalista, apontam para a possibilidade de entendê-la como intrínseca à modernidade. Eis a chance de reconceitualização, sob o filtro dos impasses políticos contemporâneos.

Colonialidade e narrativas de origem da psicanálise

Assim, voltamos às particularidades do imperialismo e um dos seus produtos: a Era Vitoriana, que favoreceu todas as condições político-econômicas e de costumes para o surgimento da psicanálise. Notemos que a Era Vitoriana (como produto moderno tardio, berço e escopo crítico freudiano), período de expansão imperialista, está como uma das condições na história oficial contada e recontada da psicanálise. As condições históricas que forjaram a Era Vitoriana são a ausência na contação da história sobre as origens da psicanálise.

Correlacionaremos três obras clássicas para realizarmos nossa análise: *A experiência burguesa – da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*, de Peter Gay

(1988), *A era dos impérios*, de Eric Hobsbawm (1988), e *Discurso sobre o colonialismo*, de Aimé Césaire (1955/2020). O entrelaçamento das três obras permitirá compreender o que ficou de fora da história oficial da psicanálise, tradicionalmente narrada a partir da Era Vitoriana como condição de seu surgimento, mas sem mencionar o discurso colonial como fazendo parte, também, de sua ocorrência.

Em *A experiência burguesa...*, Peter Gay (1988), importante historiador e psicanalista alemão, que se ocupa dos acontecimentos concernentes ao surgimento da psicanálise, mapeia as mudanças em torno dos costumes, preocupações eróticas e reprodutivas, ideais pedagógicos e tendências arquitetônica dos antepassados burgueses europeus no período em que a rainha Vitória esteve no trono, de 1837 a 1901. Os achados de Peter Gay, ao mesmo tempo que corroboram a visão (usual) repressora em relação à sexualidade das mulheres da época, também recolocam na narrativa as dissidências e a diversidade dos hábitos e costumes, deixando o período menos monolítico. Em outras palavras, o autormapeou também as heterogeneidades e descontinuidades do século XIX, batizado por Marx e Engels como o século da burguesia.

Em nenhuma das 391 páginas do livro é estabelecida qualquer relação significativa entre o modo de vida burguês europeu e o processo colonial empreendido na não Europa. Ao mesmo tempo, é como se um intermitente quase-tratar-disso permeasse toda a obra, como se suas linhas bordeassem o furo do acontecimento colonial. “O burguês era antes de mais nada um chato. Era, ou aspirava a ser, alguém que vivia de rendas” (Gay, 1988, p. 33). Neste livro, não se fala sobre o sistema que garantiria tais rendas.

Em *A era dos impérios*, no entanto, o historiador inglês Eric Hobsbawm vai justo articular a exploração colonial com o modo de vida burguês (“viver de rendas”), de modo que as organizações financeiras e industriais utilizavam o aparato imperial para proteger seus investimentos no exterior. Ainda assim, isso não é o mesmo que compreender os efeitos culturais do imperialismo na Europa como parte da genealogia histórica da psicanálise, como aquilo sobre o que não se costuma falar, aquilo que não ganha as linhas dos historiadores da psicanálise. É preciso correlacionar as obras para irmos produzindo essa perspectiva.

Outra passagem muito interessante da obra de Peter Gay (1988, p. 35) é a seguinte: “à burguesia, costuma-se atribuir o crédito, ou a culpa, pela Revolução Industrial, pelas revoluções políticas que varreram a Europa a partir de 1789, pela ascensão do gosto medíocre e pelo moderno imperialismo”. Nesse trecho, em um livro que busca compreender as condições de surgimento da psicanálise, temos uma tímida insinuação de que burguesia

estabelece relação de fruição com o “imperialismo moderno”. Mas nada mais é desenvolvido nesse sentido. Sabemos, no entanto, que o imperialismo moderno compunha o cenário dos motivos da Guerra Franco-Prussiana (1870) e que constituiu o caldo para a Primeira Guerra Mundial. O imperialismo moderno, cujos contatos com o dito “primitivo” se davam por meio das aventuras romanceadas além-mar e que caíram no gosto da burguesia, foi marcado pelo rateio e expansão colonial da África, principalmente, entre quatro potências europeias (França, Alemanha, Grã Bretanha e Portugal), na Conferência de Berlim (1884 e 1885), na qual a Alemanha se destacou como nova potência imperial. Nessa Conferência, nenhum país africano foi representado. A África foi dividida em 50 colônias distintas, sem que se levasse em consideração as especificidades territoriais, culturais ou linguísticas. A corrida agressiva pela aquisição de territórios contou com doutrinas de superioridade racial, missão civilizadora e benevolente que justificava (para os europeus) a exploração de populações tidas como incapazes de se governar, pensamento sintetizado no aclamado poema *The white man's burden* (O fardo do homem branco), de Rudyard Kipling (1899/2010): “[...] tomai o fardo do Homem Branco/As guerras selvagens pela paz/Encha a boca dos Famintos/E proclama, das doenças, o cessar [...]”.

Esse era o gosto burguês pelo imperialismo moderno, mencionado, mas não desenvolvido, por Peter Gay. As rebeliões eclodidas foram duramente reprimidas, ocasionando o massacre de milhares de pessoas. A violência colonial contou com o apoio, condescendência e cinismo tolerado de intelectuais, cientistas, artistas e governantes europeus da época, denúncia que marcará os fragmentos escritos que Aimé Césaire (escritor e político martinicano) selecionou para escrever *Discurso sobre o colonialismo*. Gay (1988) lembra que até mesmo Marx e Engels, em *Manifesto comunista*, atribuíram à burguesia e às suas cidades a elogiosa missão de arrastar todas as nações para a civilização, mesmo aquelas “bárbaras”, o que teria salvado uma parcela significativa da população do que a dupla chamou de estupidez da vida rural.

Ao longo do livro sobre a experiência burguesa, Peter Gay (1988) versará sobre a cena social como tema de conflito “interno e externo” correlacionados; em suas palavras: “os psicanalistas têm se mostrado extremamente avessos a interpretações da experiência que concedam alguma proeminência às influências exteriores” (p. 168). O autor se debruça sobre as incidências da realidade e suas pressões na psiquê daquele tempo-espço, a saber, a implantação das ferrovias, a exploração da borracha, a diferença de classes etc. Ou seja, os conflitos entre as classes sociais produzidos pela revolução industrial (à revelia das considerações imperialistas que deram condições a ela) são tratados como se internos

fossem à Europa, denegando a interface com o que acontecia na não Europa e que nutria a Europa. Tal denegação não deixa de ser uma correspondência com a ênfase na perspectiva interna dos conflitos – curiosamente, a mesma perspectiva observada pelo autor em relação à tendência dos psicanalistas.

Quando Peter Gay (1988, p. 282) afirma que “a burguesia do século XIX, numa palavra, se sentia segura ao afastar suas necessidades eróticas para tão longe de casa – literalmente – quanto possível”, novamente se cria uma expectativa de que algo em relação às colônias será abordado para a compreensão acerca dos processos de subjetivação burguesa. Mas o distanciamento das metrópoles com o que se passava nas colônias é abordado até essa declaração, nenhum passo a mais: “uma mocinha sentada em atitude provocadora, escassamente vestida, num umbral argelino era exótica; a mesma mocinha, na mesma atitude, mas num umbral parisiense, teria sido obscena” (Gay, 1988, p. 283).

Logo em seguida, o autor resgata o fenômeno pop em torno da escultura *A escrava grega*, de Hiram Powers, que, apesar de ser um nu, gerou assunto não pela nudez, mas por ter sido uma escravizada branca pelos turcos, sendo ela cristã. O nu foi, assim, blindado das censuras, por se tratar de uma referência à história – então, recente – no continente. Ou ainda, podemos acrescentar: o nu foi aceito, suportável e visto em nome daquilo que não poderia ser visto, falado e assumido. Podemos afirmar que havia uma obscenidade maior e insuportável do que o nu da estátua. O nu da estátua entrou em cena para que algo (escavidão nas colônias) permanecesse *fora da cena* (do latim, *obscenus*). A prática burguesa de vasculhar e esquadrihar a vida erótica faz contraste na ausência de palavras, de renomados cientistas e poetas, sobre a obscenidade da violência executada nas colônias.

Peter Gay (1988, p. 300) segue: “o historiador quer compreender não é a sua existência em si [da ‘hipocrisia cultural’], mas sua intensidade, suas formas precisas, seus componentes conscientes e inconscientes e suas funções defensivas”. E continua: “o medo dos burgueses diante das massas de camponeses e operários descontentes era totalmente consciente e claro. Outras ansiedades eram menos visíveis, e pelo menos em parte inconscientes” (p. 329). Diante disso, questiona-se: “outras ansiedades” não desenvolvidas por Peter Gay seriam aquelas relacionadas ao colonialismo europeu e seus efeitos?

Em *A era dos impérios*, Hobsbawm (1988) nos conta, do ponto de vista europeu, que as tentativas de institucionalizar o orgulho pelo imperialismo tiveram seu êxito, como, por exemplo, ao se definir (em 1902) um “Dia do Império”:

Os jubileus, funerais e coroações reais britânicos eram ainda mais impressionantes porque, como os antigos triunfos romanos, exibiam marajás submissos com vestimentas preciosas – livremente leais e não cativos. As paradas militares tornavam-se ainda mais coloridas por incluir sikhs enturbantados [...]: o mundo do que era considerado como barbárie a serviço da civilização (Hobsbawm, 1988, p. 107).

Sob outro ponto de vista, Aimé Césaire (1955/2020), em *Discurso sobre o colonialismo*, por meio de relatos sádicos dos comandantes e políticos europeus em missão império-colonizadora, coloca-nos em contato com uma Europa “indefensável” (Césaire, 1955/2020, p. 9), protagonista de um processo que nada teve de civilizatório, um processo de coisificação humana. O silêncio, a permissividade e o endossamento entre os intelectuais da época permitiram inclusive a gestação do nazismo – aterrorizante para o universo europeu, pois atingiu homens brancos com a crueldade de procedimentos colonialistas similar àquela destinada até então somente à não Europa, segundo o autor. General Augustin Gérard (*apud* Césaire, 1955/2020, p. 22) relata o massacre que matou 700 mil de 3 milhões de habitantes locais em Madagascar, entre 1896 e 1905.

Os atiradores de elite tinham ordens para matar apenas homens, mas não foram detidos; intoxicados pelo cheiro de sangue, não pouparam uma mulher, nem uma criança... No final da tarde, sob a ação do calor, uma pequena névoa se elevou: era o sangue das cinco mil vítimas, a sombra da cidade que evaporou ao pôr do sol.

No ensaio *Essai sur la colonisation*, de 1907, escrito por Carl Siger (*apud* Césaire, 1955/2020, p. 23), escritor e funcionário do Ministério das Colônias Francesas, sobre a colonização:

Os novos países são um vasto campo aberto a atividades individuais violentas que, na metrópole, se chocariam com certos preconceitos, com uma concepção sábia e regulada da vida. E que, nas colônias, podem se desenvolver mais livremente [...]. Assim, as colônias podem, de certa maneira, servir como válvula de segurança para a sociedade moderna. Essa utilidade, se fosse a única, já seria imensa.

Podemos nos perguntar o quanto o ensaio de Carl Siger não subsidiou o pensamento sistematizado por Freud (1930/2010), em *Mal-estar na cultura*, na tensão do entre guerras de 1930. A semelhança da reflexão freudiana, posterior à de Siger, nessa passagem que faz alusão à escravidão, é significativa, ainda que Freud esteja argumentando a favor da renúncia pulsional:

[...] o próximo não é apenas um possível ajudante e um possível objeto sexual, mas também uma tentação para se satisfazer nele a agressão, explorar sua força de

trabalho sem recompensá-lo, usá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apropriar-se de seus bens, humilhá-lo, causar-lhe dor, torturá-lo e matá-lo (Freud, 1930/2010, p. 123-124).

Se o início da psicanálise se trama com a denúncia que os sintomas conversivos realizam no corpo das histéricas, cabe olharmos para o que estava acontecendo com esse público (mulheres brancas, sobretudo) nesse dado momento histórico. No capítulo “A nova mulher”, em *A era dos impérios*, Hobsbawm (1988) trata das mudanças dramáticas nos costumes entre 1870 e 1914. Mulheres sem as amarras dos corpetes vitorianos tinham cada vez menos filhos, familiarizavam-se com “danças rítmicas sexualmente provocantes, de duvidosa, mas exótica origem (o tango argentino, os passos sincopados dos negros americanos)” (Hobsbawm, 1988, p. 288), suas pernas pedalavam nas recém-inventadas bicicletas, em vez de montarem de lado os silhões. O autor resgata trechos de poetas e filósofos que registravam a liberdade sexual da mulher como um serviço, como fonte de inspiração intelectual masculina e como um fenômeno da natureza a ser domado a rédeas curtas.

Em *A invenção da histeria*, Didi-Huberman (2015) analisa a produção midiática da histeria entre 1875 e 1880. Ela era incitada e explorada à exaustão por meio da produção de imagens fotográficas; sua seleção, montagem e retoques visava esconder expressões de sofrimento: “eu mesmo não escapo a esse paradoxo de atrocidade, quase obrigado a considerar a histeria, tal como foi fabricada na Salpêtrère no último terço do século XIX, como um capítulo da história da arte” (Didi-Huberman, 2015, p. 22) Investigando o uso da fotografia pela ciência, o autor aponta a teatralidade das aulas ministradas por Charcot e a exposição e manipulação das pacientes. Mais um exemplo do modo como os interesses científicos da época lidavam com a dor do outro e operavam a invenção do exótico.

Repercussões clínico-políticas

O término da Era Vitoriana tem ligação com o aumento de conflitos entre as nações europeias que disputavam as colônias na África e na Ásia. No Brasil e no mundo, é sobre o estrado disparatado do racismo científico e da eugenia (importações e efeitos de uma Era Vitoriana), que os segundos textos não cessam de ser escritos, ditos.

Isso posto, antes de reescrever uma história oportuna e mais tragável do campo do qual partimos, trata-se, talvez, de aventar que o colonialismo na psicanálise e em seus historiadores tenha negado a experiência dos chamados segundos textos (mbembianos),

não como nova origem, como causa imediata e linear, mas como fenômeno de subjetivação significativo, coexistindo com os temores e conflitos de uma branquitude que se afirmava na mesma medida em que violava. Experiências de cisão, como alguns dos fios na trama de condições da psicanálise, que pôde surgir em determinada época, em determinado espaço. Trata-se de fazer voltas no tempo para decidirmos como a história segue.

A questão é: onde a psicanálise, em nossos pagos, reitera colonialismos e onde ela realiza a análise dos limites de seus fundamentos colonialistas?

Priscilla Machado de Souza (2020), em um texto breve, mas denso como um poema, lembra do escorregadio que pode ser contar com Freud e Lacan para pensar a racialidade. Noções como interseccionalidade e lugar de fala são temas de casa que devem ir muito além da fruição gozoza de suas leituras, são urgentes para psicanalistas negros e não negros comprometidos em analisar o esgoto do racismo, inclusive do seu próprio. Na tarefa de avaliar onde a psicanálise pode nos ajudar a avançar, temos acordo com a autora quando ela sinaliza as formações inconscientes (sonhos, chistes, atos falhos) como oportunidades valiosas para colocar questão na malha discursiva do racismo – por vezes agressiva, por vezes tímida.

O palestino Edward Said (2004), em *Freud e os não-europeus*, retoma *Moisés e o monoteísmo*, obra na qual Freud põe em xeque as origens do judaísmo, sustentando que Moisés, o patriarca dos judeus, não seria hebreu, mas egípcio; a origem do judaísmo é constituída na hibridez. Essa releitura macula qualquer essencialismo ou solidez da identidade judaica, o que vai na contramão das justificativas (fundamentadas em uma arqueologia bíblica e, portanto, seletiva) para a criação do Estado de Israel e todo o sentimento nacionalista que o acompanha: “essa história não-judaica, não-europeia, foi apagada e já não figura naquilo que diz respeito a uma identidade judaica oficial” (Said, 2004, p. 73). A psicanálise não veio dela mesma, assim como o judaísmo não veio dele mesmo. Lembremos que o texto freudiano foi escrito entre 1934 e 1938, no ápice da fermentação de ideias como pureza das raças e nacionalismos.

Isso não faz de Freud um autor crítico da colonialidade. Freud não chega nem mesmo a localizar o Egito de Moisés, fundador do judaísmo, no continente africano. Seu maior interesse era pela antiguidade clássica ocidental greco-romana na construção de conceitos psicanalíticos, e não pela cultura dos povos africanos ou americanos. Tratava-se de uma visão eurocêntrica da cultura, em um mundo pré-Segunda Guerra Mundial, em que importantes processos de descolonização ainda não haviam sido deflagrados: “ele viveu imediatamente antes dos deslocamentos populacionais em massa que trariam indianos,

africanos, turcos e curdos ao coração da Europa, como trabalhadores estrangeiros e frequentemente como imigrantes indesejados” (Said, 2004, p. 48).

Ainda assim, a complexidade da obra freudiana é sobre o outro – “o que está fora da razão, da convenção, e claro, da consciência” (Said, 2004, p. 46); o não-europeu seria o outro, o que estava fora do horizonte de Freud – como europeu que era: “sua dedicação intelectual estava voltada para aquilo que foi esquecido e que não é admitido” (Said, 2004, p. 46). Como afirma Joel Birman no preâmbulo do livro de Said (2004), as pretensões universalistas de Freud se fundavam na crítica à modernidade e à civilidade – e a qualquer concepção linear de suas construções. Um projeto civilizatório, para se estabelecer, não raro se vale da imposição e da exclusão de marcas que coexistem, opõem-se, conflitam-se. Acrescentaríamos que da civilidade como alvo crítico da psicanálise, foi denegada a barbárie da colonialidade, que também a constituiu.

Do que resta da divisão

O inconsciente é apolítico. É político. Digo, é a política.

A esse sujeito dividido e claudicante da psicanálise, tão pertinente para fazer frente aos pequenos e grandes absolutismos, também não faltam atribuições universalistas, a-históricas, a-políticas. Herança freudiana de um fervor zeloso por inscrever a psicanálise no reino das ciências, atento para que sua teorização não fosse vinculada à tradição do judaísmo ou do marxismo. Era importante para Freud garantir o caráter universal de sua proposição. Uma a-politização como herança também lacaniana, na forma como o autor se valeu do estruturalismo na construção de seu pensamento e do seu esquivo posicionamento político na época. Não é possível dizer, no entanto, que o estruturalismo é apolítico. Em “Retornar à história”, Foucault (2000) trata da incompreensão que marcava os intensos debates da época em torno do estruturalismo que, no seu início, “foi uma empreitada cujo propósito era oferecer um método mais preciso e mais rigoroso às pesquisas históricas” (p. 282). A partir de Franz Boas, o estruturalismo surgiu como método crítico em relação ao modelo biológico empregado à história no campo da etnologia, que pressupunha um curso evolutivo das sociedades humanas, como se fosse apenas uma questão de tempo elas partirem de organizações mais simples rumo às ditas mais complexas. Segundo Foucault, os esforços de Boas buscavam mostrar que, simples ou complexas, as sociedades humanas seguiam relações internas específicas, o que as

caracterizaria. Era justo esse processo interno das sociedades, (envolvendo tabus, regras, princípios de trocas, ritos e condições) o que Boas chamava de estrutura de dada sociedade, o que permitiria realizar, de fato, uma história (não biológica, evolucionista) das sociedades.

No século XIX, a história servia bem à ideologia burguesa, dedicando-se a reconstituir as formações nacionais, maturadas no longo tempo, nações tão fundamentais à prosperidade do capitalismo. Assim, a história era uma disciplina que explicava a burguesia como efeito de uma evolução cultural. Mudar os vetores da história, problematizar o arranjo burguês como fim natural, produzir ruptura com o evolucionismo nas ciências humanas são, por si só, algumas consequências políticas do estruturalismo. Foucault afirma que uma análise seria estrutural no momento em que ela investiga um sistema que é transformável, assim como as circunstâncias nas quais suas transformações são realizadas.

O estruturalismo, para Lacan, foi fundamental, principalmente no primeiro momento de sua obra (década de 1950) – estratégia do psicanalista para evitar as armadilhas do substancialismo e do individualismo. Segundo Léa Silveira (2022), já na sua tese de doutorado Lacan encontra o desafio de compreender a loucura como inadequação social, sendo que ela é determinada no e pelo social: “[...] como explicar que um determinismo *social* dê lugar a uma incompatibilidade *com o social* senão admitindo que esse descompasso se deve à especificidade da resposta subjetiva?” (p. 19). Dessa forma, o sujeito não é fruto de uma sucessão de influências, mas “é dotado de uma estrutura reacional” (p. 19). No efeito do impasse entre sustentar cientificamente o viés transcendente e dar conta das especificidades concretas do desejo, as noções de sujeito faltoso e de falta do Outro foram as saídas que atenderam à necessidade de arejamento e abertura da estrutura: “um ponto-cego na determinação [...], única garantia da manutenção efetiva do sujeito como sujeito, o único suporte que o impede de se tornar objeto, coisa fixa, estagnada. Um sujeito inobjetável, uma estrutura inobjetivante.” (Silveira, 2022, p. 412). De acordo com a autora, se a estrutura é mantida na teoria lacaniana, é porque a partir dela se realizou uma travessia: a estrutura é incompleta e nem todo real pode ser por ela apreendido.

Abrimos parênteses nas construções de Léa e vamos ao texto lacaniano: com o dito “o inconsciente é a política”, Lacan (1967/2017, p. 350) afirma seu interesse sobre o que produz laço e distância entre humanos. Antes disso, critica o uso abusivo do termo masoquismo para deslegitimar injustiças sentidas pelos rejeitados – ou por aqueles que

rejeitam o regime capitalista (se referindo, em 1967, ao Vietnã). “Como se afinal, estivéssemos em um mundo onde a justiça fosse um estado tão comum que seria verdadeiramente necessário fazer um esforço para ter que se queixar de alguma coisa!” (Lacan, 1967/2017, p. 349). Aquilo que produz oferecimento e rejeição, associação ou ruptura, inevitavelmente mobiliza a tensão entre determinação e contingência, incluindo aí certo elogio que o autor faz à escolha política de ser rejeitado de tantos em tantos tempos. Tal tensão deveria ser cuidada e teorizada. Se o estruturalismo apontou os problemas de uma história evolucionista, o pós-estruturalismo resgata o papel da história para a compreensão dos fenômenos, ainda que sob outro viés. Em *O Discurso – estrutura ou acontecimento*, de Michel Pêcheux (2006), lemos:

Em uma palavra: a revolução cultural estruturalista não deixou de fazer pesar uma suspeita [...]. Esta suspeita [...] traduz o reconhecimento de um fato estrutural próprio à ordem humana: o da castração simbólica. Mas ao mesmo tempo, esse movimento anti-narcísico (cujos efeitos políticos e culturais não estão, visivelmente, esgotados) balançava em uma nova forma de narcisismo teórico. Digamos: em um narcisismo da estrutura (Pêcheux, 2006, p. 46).

E segue o autor:

É antes de tudo esta posição de desvio teórico, seus ares de discurso sem sujeito, simulando os processos matemáticos, que conferiu às abordagens estruturais esta aparência de nova “ciência régia”, negando como de hábito sua própria posição de interpretação (Pêcheux, 2006, p. 47).

Talvez hipótese de Pêcheux sobre o uso apolítico do estruturalismo decorra da necessidade de garantir à psicanálise o quinhão das ciências. Lacan seguiu até o fim inventando e recorrendo a diferentes fórmulas. Seu esforço tinha como objetivo distanciar sua formalização de qualquer perspectiva essencialista do sujeito.

Atribuições a-históricas a esse sujeito esburacado da psicanálise também ocorreram em função do Real (lacaniano), esse registro que não se submete a capturas simbólicas de sentido, mas em torno do qual as formalizações/teorizações, sim, estão repletas de recortes, cenas, metáforas e escolhas de palavras que inevitavelmente remetem ao campo político dos distintos corpos. Nenhum dos três registros anda sozinho. Sobre a inovação do método psicanalítico, diz Lacan (1953/1998):

Seus meios são os da fala, na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo da realidade transindividual do sujeito; *suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real* (Lacan, 1953/1998, p. 259, grifo nosso).

Ou, mais adiante: “[...] a história já se faz no palco em que será encenada depois de escrita” (Lacan, 1953/1998, p. 262).

A preocupação aqui reside em saber como tais heranças (a-históricas, apolíticas) tomam ou não assento no *setting* clínico – seja ele na praça, no consultório ou em um congresso. É sobre como essas heranças permitem ou não que sejam postas a trabalhar questões de classe, raça, gênero, deficiência, entre outras.

Seguindo na produção de indícios em torno da afirmação de que “o inconsciente é a política”, podemos pinçar o que está dito e escrito, encontrando, assim,

Que o inconsciente do sujeito é o discurso do outro, eis o que aparece, ainda mais claramente do que em qualquer lugar, nos estudos que Freud consagrou ao que chama de telepatia, na medida em que ela se manifesta no contexto de uma experiência analítica. [...]. Mas é esse o campo que nossa experiência polariza, numa relação que só é a dois na aparência, pois qualquer colocação de sua estrutura apenas em termos duais é-lhe tão inadequada na teoria quanto destrutiva para sua técnica (Lacan, 1953/1998 p. 266, grifo nosso).

A cada encontro analítico, um tumulto. Uma alegoria que serve para não cair no conto de que, diante da analista, encontravam-se somente uma, três ou 20 pessoas; uma, três ou 20 discursividades. Um *setting* empanurrado de vozes de parentes, tias cobrando namorados das sobrinhas no Natal, do editor-chefe da revista *Playboy*, de um filósofo alemão, das melhores versões de si no *Instagram*, das vizinhas da rua, da Maria do Carmo, em Rainha da Sucata, de médicos e sociólogos brasileiros de 1910, das piadas de quando éramos crianças, das manchetes de 2003, de todas as vozes tentando entrar em acordo sobre como raios vão conviver juntas na polis daquele corpo que se põe a falar em transferência para, quem sabe, um dia, diminuir o volume de algumas delas.

A interpretação tira a ordem dos arquivos históricos. E, enquanto isso, o inconsciente é a política: “se a ética da psicanálise é a ética do desejo, o inconsciente é a política do desejo do analista em sua falta-a-ser (A) dirigindo o tratamento desde a posição de *objeto a* no discurso analítico” (Chaves, 2019, p. 183). Nesse tratamento, não vai ser possível ao analisante tudo falar e não vai ser possível ao analista tudo escutar; e essa é a política – uma negociação da vida no encontro com a morte através dos textos que não cessam de não se inscrever nas manchetes, divãs, redes, novelas, vizinhas, muros e guerras. Repetições que portam consigo subversões, surpresas, perplexidades.

Ainda que a psicanálise seja resultado da modernidade europeia, por sua vez, indissociável da colonialidade, o trabalho freudiano espreita a sua descontinuidade, as suas

fissuras, e talvez seja nelas o lugar para nos posicionarmos e, a partir daí, perguntar e intervir. No texto *A psicanálise em face da colonialidade: 18 possíveis usos anticoloniais da herança freudiana*, o mexicano David Pavón-Cuéllar (2020) se apegua às potencialidades que o campo psicanalítico pode oferecer, não para nos purificarmos em relação aos europeus, mas para mudarmos nossa relação com os europeus-em-nós, para encararmos nossa alienação na colonialidade. Ele aposta na desidentificação e na desessencialização do método psicanalítico como garantia da descolonização do eu. Acreditamos, no entanto, que tais recursos do método psicanalítico, por si, não são suficientes para empreender um processo descolonizante. Podem ser direções clínicas bastante distintas, por exemplo, a produção de angústia na desidentificação com a negritude ou na desidentificação ao eu colonial do ideal branco. Nesse sentido, insistir em desidentificações, quando as territorializações podem ser bem-vindas, pode reiterar colonialidades analíticas. No entanto, adotar a posição analítica diante do que também nos constitui, afirma que não se trata de buscar a pureza, nem de lavar as mãos.

Já Pombo e Birman (2022) se colocam menos entusiasmados e mais advertidos:

O fato de a clínica estar imersa em um sistema normativo faz dela um lugar de subversão, de resistência ao assujeitamento, já que a condição de possibilidade de transformar a norma é estar em seu interior e repeti-la de maneiras inesperadas. [...] Mas para isso é necessário que entendamos as categorias e os construtos psicanalíticos como normas, e não como leis a-históricas, imutáveis (Pombo & Birman, 2022, p. 5-6).

Terminado o exercício imaginativo dessa cambalhota², ainda que dele tenha restado o embaraço diante de uma psicanálise ainda mais dividida do que se supunha, temos mais elementos sobre as condições de letra³ em que podem ser produzidos os segundos textos em ex-colônias, como o Brasil, por exemplo. Podemos compreender a psicanálise nesse país como efeito da terra em que se pisa, efeito de uma linguagem que a precede e que faz

² “Cambalhota” foi como Simone Moschen (sempre inspiradora) nomeou uma primeira versão desse texto sobre a experiência diaspórica de cisão do Negro e seu segundo texto (Mbembe) estar relacionada à Era Vitoriana, e ambos compõem uma das condições para a formulação do sujeito (sempre dividido) da psicanálise. O termo “cambalhota” seguiu na atual versão do texto, pois sugere uma acrobacia brincante, de um tempo infantil, talvez intuitivo e, ao mesmo tempo, um giro nas perspectivas. Com sorte e muito treino, a cambalhota pode se tornar movimento elementar de um pensamento moebiano.

³ “Letra” compreendida como borda de um furo, borda do inapreensível. Condições de “letra” em relação com o corpo e seus litorais, seus literais (cabelo, boca, textura, cor, silhueta) enquanto suporte material (imaginário e narcísico) para os significantes. As condições (litorais) de letra (entre simbólico e real) são assunto do corpo cortado pela linguagem. “A fala, com efeito, é um dom de linguagem, e a linguagem não é imaterial. É um corpo sutil, mas é corpo. As palavras são tiradas de todas as imagens corporais que cativam o sujeito; podem engravidar a histórica, identificar-se com o objeto do *Penis-neid*, representar a torrente de urina da ambição uretral, ou o excremento retido do gozo avarento” (Lacan, 1953/1998, p. 302).

acting out na experiência clínica e na transmissão da psicanálise em instituições. Dito de outro modo, a denúncia do racismo solicita escuta, reconhecimento, leitura e ação.

Considerações finais

Com o legado de Freud e Lacan e as contribuições de Achille Mbembe, podemos ler que, no efeito secular e radical da experiência de cisão do Negro, que experimenta não ser totalmente reconhecido (Mbembe, 2014; Gilroy, 2001; Nogueira, 2021; Santos, 1983; entre outras autorias), temos uma zona histórica (da modernidade) entrelaçada com o sujeito da psicanálise e seu eu dividido, que passa a falar em primeira pessoa, tal qual o segundo texto mbembiano. Dessa forma, colocam-se a conversar, também por essa via, campos como o da psicanálise e o dos estudos decoloniais – pensamentos de fronteira que lidam com traços e marcas da modernidade ocidental, mas que não abrem mão de se enunciar a partir de suas geografias e de suas situações.

Somos levados a pensar que, no período vitoriano, o vasculhamento em torno da sexualidade era o que restava diante da dificuldade de se assumir e de se falar sobre os acontecimentos incivilizados do colonialismo. Compreendemos melhor essa operação ao lembrarmos que a sexualidade, ao mesmo tempo que era objeto de interesse confessional (diários, literatura, psicanálise), ocupava a instância do selvagem, da vergonha, do incivilizado, da agressividade, da curiosidade, do proibido, do tabu – traços que, em alguma medida, eram atribuídos às populações colonizadas, traços morais deslocados da ação colonial europeia para o interior dos lares burgueses. A desconfiança sobre o pretérito da psicanálise talvez perca e adquira sentidos se puder relançá-la para as questões do nosso tempo e da nossa geopolítica, para seguir na escrita de sua história. Além disso, ainda que a psicanálise seja resultado da modernidade europeia, por sua vez, indissociável da colonialidade, a descoberta freudiana espregueia a sua descontinuidade, as suas fissuras; talvez seja nelas o lugar para nos posicionarmos e, a partir daí, perguntar e intervir.

Referências

- Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo* (C. Willer, Trad.). Veneta. (Obra original publicada em 1955)
- Chaves, M. E. (2019). O inconsciente é a política: ato/desato social. *Estudos de Psicanálise*, (52), 181–188.



- Du Bois, W. E. B. (2021). *As almas do povo negro* (A. Boide, Trad.). Veneta. (Obra original publicada em 1903)
- Didi-Huberman, G. (2015). *Invenção da histeria: Charcot e a iconografia fotográfica da Salpêtrière* (V. Ribeiro, Trad.). Contraponto.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* (R. da Silveira, Trad.). EDUFBA.
- Freud, S. (2010). História de uma neurose infantil: “O homem dos lobos”. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 14). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1918)
- Freud, S. (2010). *O mal-estar na cultura* (R. Zwick, Trad.). L&PM. (Obra original publicada em 1930)
- Foucault, M. (2000). Retornar à história. In *Ditos e escritos* (Vol. 2, pp. 282–295).
- Gay, P. (1988). *A experiência burguesa – da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos* (P. Salter, S. G. de Paula & V. de Lamare, Trans.). Companhia das Letras.
- Gilroy, P. (2001). *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência* (C. K. Moreira, Trad.). 34; Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- Gonzalez, L. (2020). Por um feminismo afro-latino americano. In H. A. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. (Obra original publicada em 1988)
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, 223–244.
- Hartman, S. (2019). *Wayward lives, beautiful experiments: Intimate histories of riotous Black girls, troublesome women, and queer radicals*. WW Norton & Company.
- Hobsbawm, E. (1988). *A era dos impérios: 1875–1914* (S. M. Campos & Y. S. de Toledo, Trans.). Editora Paz e Terra.
- Kipling, R. (2010). *O fardo do homem branco* (N. R. de Almeida, Trad.). (Obra original publicada em 1899)
- Lacan, J. (1998). *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1953)
- Lacan, J. (2017). *O Seminário, livro 14: A lógica do fantasma*. Centro de Estudos Freudianos de Recife. (Publicação interna; original de 1967)
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos* (C. I. da Costa, Trad.). 34.
- Marques, E. (2022, junho 11). Exu, o herói (denegado) da modernidade. *Zero Hora*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/eliane-marques/noticia/2022/06/exu-o-heroi-denegado-da-modernidade-cl47alhob003q019iyxhn5d9e.html>

- Martins, A. C. B. L. (2022). O Eu Suburbano (ou com o perdão de Fanon). *Lacuna: Uma Revista de Psicanálise*, (-13), 11.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra* (M. Lança, Trad.). Antígona.
- Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. Perspectiva.
- Pavón-Cuellar, D. (2020, novembro 23). A psicanálise em face da colonialidade: 18 possíveis usos anticoloniais da herança freudiana (D. A. Teixeira, Trad.). Lavra Palavra. <https://lavrpalavra.com/2020/11/23/a-psicanalise-em-face-da-colonialidade-18-possiveis-usos-anticoloniais-da-heranca-freudiana/>
- Pêcheux, M. (2006). *O discurso: estrutura ou acontecimento* (E. P. Orlandi, Trad.). Pontes Editores.
- Pombo, M., & Birman, J. (2022). Psicanálise, precariedade e identidade na atualidade. *Psicologia em Estudo*, 27.
- Roudinesco, E. (2000). *Por que a psicanálise?* (V. Ribeiro & L. Magalhães, Trans.). Companhia das Letras.
- Said, E. W. (2004). *Freud e os não europeus* (A. Clemesha, Trad.). Boitempo.
- Santos, N. S. (1983). *Tornar-se negro – ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (2. ed.). Graal.
- Silveira, L. (2022). *A travessia da estrutura em Jacques Lacan*. Editora Blucher.
- Souza, P. M. (2020, junho). Notas sobre performances racistas e psicanálise. *Correio da APOA – Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. https://appoa.org.br/correio/edicao/299/notas_sobre_performances_racistas_e_psic_analise_/852

NOTAS

AUTORIA

Camila Maggi Rech Noguez: Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Psicóloga da Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS. Porto Alegre, RS, Brasil.

Amadeu de Oliveira Weinmann: Pós-doutorado em Psicologia (UFSC). Professor Associado 4 do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Ramiro Barcelos, 2600, CEP: 90.035-003, Porto Alegre, RS, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da tese de doutorado em andamento – Efeito Picumã na Psicanálise: abstinências, abstenções e identidades na escuta clínica. Texto de pesquisa já qualificado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Amadeu de Oliveira Weinmann. À co-orientadora Simone Moschen e à equipe da Revista Esboço.



CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Camila Maggi Rech Noguez

Coleta de dados: Camila Maggi Rech Noguez

Análise de dados: Camila Maggi Rech Noguez

Discussão dos resultados: Camila Maggi Rech Noguez e Amadeu de Oliveira Weinmann

Revisão e aprovação: Amadeu de Oliveira Weinmann

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Camila Maggi Rech Noguez e Amadeu de Oliveira Weinmann. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alexandre Buski Valim, Samira Peruchi Moretto, Daniela Capri

HISTÓRICO

Recebido em: 23 de janeiro de 2025

Aprovado em: 03 de setembro de 2025

Como citar: NOGUEZ, Camila Maggi Rech; WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Colonialidade e psicanálise: o que ficou de fora das narrativas de origem. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 32, p. 1–21, 2025.

